



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**11 de fevereiro**  
**de 2021**

# MPMA quer prioridade na vacinação de educadores

Devido ao retorno das **aulas** presenciais nas escolas públicas e privadas, em todo o estado, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís expediu, nesta terça-feira, 9, ofícios recomendando a vacinação de todos os profissionais da educação básica e ensino em geral, após o término da prioridade dos idosos.

Os documentos foram encaminhados ao secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, ao secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, e ao prefeito da capital, Eduardo Salim Braide. Assinou os ofícios o **promotor de justiça** Lindonjonson Gonçalves de Sousa.

Foi concedido o prazo de 10 dias para que seja encaminhado documento ao **Ministério Público** do Maranhão com as devidas alterações de prioridade e com a adaptação do Plano Municipal de Vacinação, considerando a prioridade dos profissionais da educação, logo após os grupos de idosos.

Prioridade Um dos motivos da manifestação do **MPMA** foi o requerimento da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa), com o pedido de vacinação prioritária de professores e demais trabalhadores da educação, além dos educandos.

No pedido, foi alertado que somente nos primeiros 15 dias do início do ano letivo, 17 escolas particulares já haviam suspenso as **aulas** presenciais devido à ocorrência de casos de **Covid-19** tanto entre professores quanto em alunos.

Nos ofícios, o **promotor de justiça** considerou, entre outros elementos, que o Plano Nacional de Vacinação estabelece os profissionais da educação do ensino básico como o 17º grupo prioritário; que o ambiente escolar exige a convivência em ambiente fechado, durante grande parte do dia, com o uso intermitente da fala.

Igualmente foi elencado que somente na rede pública atuam 30 mil profissionais em todo o Maranhão e que muitos trabalham em várias unidades tanto em escolas públicas quanto particulares. Outro fator apontado é a disparidade de condições estruturais e de oferta de conteúdo entre as escolas privadas e as públicas.

Foi levado em consideração ainda o fato de que o agravamento de casos de **Covid-19** no atual período e a possibilidade de adoção de medidas mais restritivas contribuam para o aumento da defasagem do sistema educacional.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/11>

/

# MPMA vistoria local para venda de passagens de ferry

Uma equipe técnica do **Ministério Público** do Maranhão, coordenada pela promotora de justiça Lítia Cavalcanti, visitou, na tarde de terça-feira, 9, o povoado Três Marias, no município de Peri-Mirim, para conhecer o local onde poderá ser instalado um posto avançado para os passageiros de ferry-boat. O ponto fica a 60 km do Terminal de Cujupe. A vistoria foi acompanhada pelo presidente da Agência de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho.

A proposta tem o objetivo de facilitar a compra das passagens e evitar que os consumidores da Baixada Maranhense sejam obrigados a se deslocar até Cujupe sem a garantia de vagas para viajar. Além disso, a construção do posto avançado da Baixada Maranhense evitaria a formação de filas de veículos e tornaria o embarque mais rápido.

"A visita é um passo importante para que a Promotoria de Justiça do Consumidor, que está acompanhando a prestação do serviço, tenha mais elementos para debater com a população, por meio de audiências públicas, a instalação desse posto", afirmou Lítia Cavalcanti.

Ela explicou que fez, mais uma vez, o trajeto entre o Terminal de Ponta da Espera e Cujupe para apurar o cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o **MPMA** e a MOB, em dezembro do ano passado, sobre as filas de espera nos terminais e para "sentir a necessidade dos usuários e poder falar como consumidor na defesa dos interesses de todos".

Informações A titular da Promotoria de Justiça do Consumidor explicou que, além da venda de passagens, o posto forneceria informações aos passageiros sobre disponibilidade de vagas, se houve algum atraso, dentre outros problemas. "Observamos que muita gente vem para a fila sem ter comprado previamente a passagem.

Em momentos de grande fluxo, isso causa muito transtorno", avaliou Cavalcanti.

No mesmo sentido, o presidente da MOB também enfatizou que a falta de aquisição antecipada das passagens causa um transtorno. "O posto seria coordenado pelas operadoras em conjunto com a

MOB.

O objetivo é evitar que os usuários do serviço de travessia aquaviária tenham um deslocamento até Cujupe e se deparem com o problema de não ter mais passagem".

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/11/>

# Vereador é afastado do cargo a pedido do MPMA

Com base em uma Denúncia protocolada pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia nesta terça-feira, 9, a Justiça determinou, na mesma data, a suspensão imediata de Josibeliano Chagas Farias do exercício da função pública de vereador. A liminar, concedida pela 1ª Vara da Comarca de Açailândia, adverte que o não cumprimento da medida poderá resultar na prisão preventiva do denunciado.

De acordo com a Denúncia, assinada pela promotora de justiça Glauce Mara Lima Malheiros, Josibeliano Farias, conhecido como "Ceará", teria liderado um grupo de vereadores que falsificaram uma ata de registro de sessão solene de instalação da legislatura 2021- 2024. Ceará e os outros sete denunciados teriam cometido o crime de falsidade ideológica.

De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 299, o crime tem pena de um a cinco anos de reclusão, além de multa, em caso de documentos públicos. O parágrafo único do mesmo artigo acrescenta que "se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte".

Também foram denunciados os vereadores Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, Adriano Andrade Silva, Davi Alexandre Sampaio Camargo, Adjackson Rodrigues Lima, Cesar Nildo Costa Lima e Epifânio Andrade Silva.

ENTENDA O CASO Em 1º de janeiro de 2021, às 10h, os vereadores denunciados tentaram realizar, na sede da Câmara Municipal de Açailândia, uma sessão de instalação da legislatura e eleição da mesa diretora da casa. A sessão foi suspensa após a chegada dos demais vereadores eleitos, cuja posse já tinha ocorrido, em sessão realizada às 00h30 do mesmo dia, seguindo a resolução nº 02/2020 da Câmara, editada pelo próprio Josibeliano Farias, que era o presidente da casa legislativa no mandato anterior.

Os denunciados apresentaram uma ata segundo a qual a sessão teria sido iniciada sob a presidência do vereador Ceará, pois ele teria sido o candidato mais votado. O documento afirma que os presentes teriam cantado os hinos nacional e do Maranhão e que os vereadores presentes teriam se habilitado perante a mesa, prestado compromisso e sido empossados,

apresentando toda a sua documentação.

Além disso, teria havido a eleição da mesa diretora, tendo como vencedora a chapa de Josibeliano Farias.

De acordo com o documento, somente após a eleição da mesa os demais vereadores teriam "invadido" o local, com a suspensão da sessão por tempo indeterminado. Teria acontecido, ainda, a posse do prefeito e vice-prefeito de Açailândia.

As investigações do **Ministério Público**, no entanto, mostram que os fatos não aconteceram da forma retratada na ata. Vídeos mostram que a reunião sequer passou da fase de abertura e canto do hino nacional, "sendo inverídicas as informações nela constantes, no que diz respeito ao recebimento de documentos, posse dos eleitos, eleição da mesa diretora e posse do prefeito e vice-prefeito".

Sobre este último ponto, o prefeito Aluísio Silva Sousa e o vice-prefeito Joaquim Ramos Júnior foram ouvidos pelo **Ministério Público**. Ambos afirmaram que não estiveram presentes e sequer foram formalmente convidados para a sessão realizada pela Câmara Municipal às 10h do dia 1º de janeiro. Servidores do Legislativo Municipal também afirmaram não ter conhecimento sobre a realização da sessão.

"Os denunciados, mesmo impossibilitados de continuar com o ato solene que fora suspenso por prazo indeterminado, reuniram-se em local e horário não sabidos, e lavraram a ata ora questionada, como se a sessão tivesse acontecido, e se autodeclararam eleitos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal, fazendo inserir declaração falsa em documento público com o fim de prejudicar o direito dos vereadores que já haviam sido eleitos para a Mesa Diretora do Legislativo Municipal horas antes e para alterar a verdade de fatos juridicamente relevantes", afirmou, na ação, a promotora Glauce Malheiros.

## LEGISLAÇÃO

Além de tentarem realizar uma sessão legislativa irregular, sob o argumento de que o regimento da Câmara Municipal de Açailândia previa a sua realização às 10h, os vereadores denunciados violaram outros aspectos legais.

O artigo 11 do regimento interno da Câmara, por exemplo, estabelece o quórum mínimo de votação. No caso da votação da Mesa Diretora é necessária a maioria absoluta dos vereadores. Dessa forma, não seria possível sequer a abertura da sessão.

Já a Lei Orgânica do Município de Açailândia impede a recondução do presidente da Câmara de Vereadores ao cargo.

Josibeliano Farias, portanto, não poderia ser reeleito.

Na Denúncia, além da condenação dos envolvidos por falsidade ideológica, o **Ministério Público** do Maranhão requer que seja declarada a perda dos cargos públicos ocupados pelos denunciados e que seja estabelecido um valor mínimo para reparação dos danos causados, já que os vereadores prejudicados chegaram a ter seus mandatos extintos, com a nomeação de suplentes que chegaram, inclusive, a receber salários.

(Rodrigo Freitas / CCOM-MPMA)

**Site:** <https://oprogresonet.com/edicao-digital/218/o-progresso--11-de-fevereiro-de-2021>

# Exposições - FORA DE PAUTA

## **FORA DE PAUTA**

O **Ministério Público** do Maranhão lança, nesta quinta-feira, 11, às 10h, duas exposições do artista plástico Uendell Rocha em seus espaços de artes: na galeria Márcia Sandes, localizada da Procuradoria Geral de Justiça, será instalada a exposição Cotidiano Simples; já o espaço de arte Ilzé Cordeiro, no Centro Cultural do **Ministério Público**, receberá a exposição Universo da Pescaria. A solenidade de lançamento das exposições ocorrerá no CCMP, com a presença do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau.

**Site:** <https://oprogressonet.com/edicao-digital/218/o-progresso--11-de-fevereiro-de-2021>

# 20 escolas privadas suspenderam aulas presenciais por Covid-19

A Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (ASPA-MA), está monitorando escolas particulares que comunicaram suspensão de **aulas** presenciais em decorrência de casos suspeitos e confirmados da **Covid-19**. De acordo com a última atualização da entidade, 20 instituições privadas de ensino já comunicaram a presença de casos da doença e a consequente suspensão dos encontros presenciais. A primeira instituição a divulgar suspensão por 14 dias foi a Escola Crescimento, localizada no bairro Jardim Renascença.

A ASPA-MA também se posicionou a favor da suspensão temporária das **aulas** presenciais nos próximos dias. "Buscando garantir o direito a saúde e a vida dos educandos e dos demais membros que compõem a comunidade escolar, vem a público orientar que seja suspensa temporariamente a ida dos educandos as **aulas** presenciais nos próximos dias, até que possamos ter informações concretas por parte das autoridades estaduais que garantam a segurança do retorno ao ambiente escolar", ressaltou trecho da nota divulgada pela entidade, nesta terça-feira, 9.

Ainda no documento, a ASPAMA pediu que aos órgãos de saúde que além de realizarem imediata fiscalização para verificação do cumprimento dos protocolos sanitários nas escolas, incluam os profissionais da educação no grupo prioritário para a aplicação da vacina da **Covid-19**, como também, que seja realizada a testagem dos referidos e de todo o alunado dos estabelecimentos de ensino que deram início ao ano letivo de forma presencial.

O Governo do Estado e Prefeitura Municipal foram questionados sobre uma possível suspensão das **aulas** presenciais em escolas particulares e sobre, mas até o fechamento desta edição não houve resposta.

Posição do sindicato O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Maranhão (Sinepe-MA), se manifestou sobre a orientação da ASPA. De acordo com a corporação, somente por decreto do prefeito, do governador do Estado, ou decisão judicial, pode haver suspensão das **aulas** presenciais.

"Reiteramos que a rede particular de ensino adota rigoroso protocolo sanitário, desde o início da

pandemia, elaborado por renomada infectologista e referendado pelas autoridades sanitárias do estado", afirmou o sindicato em nota divulgada à imprensa.

O Sinepe-MA ressaltou ainda que associações representativas dos pais não poder servir para repassar à sociedade e ao poder público a "falsa impressão" de que os pais querem que **aulas** presenciais sejam suspensas.

"De modo contrário, o que se observa no dia a dia das escolas é a vontade inequívoca das famílias em manter seus filhos nas **aulas** presenciais, referendando, portanto, a opinião a dezenas de educadores, médicos pediatras, psiquiatras, psicólogos e pedagogos que veem o ambiente escolar como insubstituível no processo de socialização e de formação intelectual dos alunos", complementou o Sinepe-MA.

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/11>

/

# Yglésio presta apoio a promotores de eventos de São Luís

*Por Zeca Soares*

O deputado estadual Yglésio Moyses (PROS) recebeu, na tarde da última segunda-feira (8), promotores de eventos de São Luís, para discutir soluções para o setor do entretenimento na capital. O objetivo é superar as dificuldades enfrentadas por toda a cadeia de profissionais que atuam no setor, direta ou indiretamente.

Um dos pontos destacados foi a ação, classificada como "truculenta", da Polícia Militar e do **Ministério Público**, ocorrida nos últimos dias, "em que representantes desses órgãos atuaram de forma desproporcional contra produtores e casas de eventos na capital. Entre eles, há o medo de represálias".

Como resultado da reunião, o deputado disponibilizou apoio jurídico necessário, além de se colocar à disposição para contribuir com a causa.

"O setor do entretenimento é a principal, ou talvez, a única fonte de renda para muitas famílias em São Luís e é de grande importância que o Parlamento esteja à disposição desses profissionais, ainda mais neste cenário de pandemia, com as restrições impostas pelo governo, além das fiscalizações que ocorrem com frequência. Como forma de apoiar a causa, nos colocamos à disposição para o que estiver ao nosso alcance, principalmente apoio jurídico. Dessa maneira, caminharemos juntos para superar esta fase, de modo que haja cada vez menos efeitos negativos da pandemia sobre a vida das pessoas", frisou o deputado.

O setor do entretenimento, segundo o deputado, vem sofrendo com ações do poder público no sentido de coibir a realização de eventos por conta da pandemia, mas sem prestar qualquer tipo de apoio cultural, visto que inúmeras famílias dependem do setor, direta ou indiretamente.

Reunião na Tom Music - Na noite de segunda-feira (8), o deputado participou de uma reunião com a categoria para ampliar o diálogo e em busca de conhecer ainda mais o problema e discutir as soluções.

**Site:** <https://www.zecasoares.com/2021/02/11/yglesio-presta-apoio-a-promotores-de-eventos-de-sao-luis/>



# Justiça apresentará hoje condições ao poder público para evitar lockdown

A Justiça deve apresentar hoje a partir das 8h, em audiência pública prevista para ocorrer no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, as condições a serem seguidas pelo Governo do Maranhão e Municípios para evitar a decretação de lockdown. Dentre as medidas, estão a disponibilidade de novos leitos de UTI e rigor na fiscalização quanto ao uso de máscaras.

Mesmo com a ocupação alta de leitos hospitalares na rede estadual e em unidades privadas, em especial na capital, o lockdown somente será decretado se houver, durante o encontro, recomendação expressa dos órgãos de saúde municipais e estadual para que se determine a restrição na circulação de pessoas.

O Estado apurou que, até o fechamento desta edição, as chances de decretação da medida são praticamente nulas. Grande parte dos 217 municípios, réus na **Ação Civil Pública** remetida no dia 1º deste mês pela Defensoria Pública do Estado (DPE) requerendo lockdown, foi contrária à qualquer determinação extrema, assim como a classe empresarial.

A mediação da audiência será do titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, juiz Douglas Martins.

Segundo ele, é preciso que o Estado apresente as condições para a criação de novos leitos na rede pública. "É fundamental que o poder público dê estas condições, para que a oferta do serviço público atenda às necessidades da população", afirmou.

Precaução Como precaução, tanto o Estado quanto o Município intensificaram as agendas de oferta de leitos contra a Covid-19. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou que ontem, 10, foi entregue a unidade pediátrica do Hospital do Servidor, para atendimento de crianças com síndromes gripais.

Na terça-feira, 9, o governador Flávio Dino (PCdoB) disse que serão abertos 100 leitos na rede pública nos próximos dias. No mesmo dia, o governo maranhense recebeu do governo norte-americano um hospital de campanha construído com recursos internacionais em Bacabal (MA).

Ao mesmo tempo em que garante a assistência via recursos estaduais, o governo requer no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito, via recurso e iniciativa

federais, de abertura de novas vagas em hospitais públicos.

Sem representante Na terça-feira, 9, O Estado informou que o Governo do Maranhão, em nota, confirmou a apresentação ao Poder Judiciário das medidas adotadas para o combate à Covid- 19. No entanto, até o fechamento desta edição, nenhum representante do Estado confirmou presença na audiência de hoje.

No dia 2 deste mês, menos de 24 horas após acionamento da DPE, a Justiça deu prazo de 72 horas, contadas da notificação oficial, para que o Estado divulgasse as medidas de controle epidemiológico da doença. No entanto, até ontem, 10, o governo maranhense não confirmava a notificação

**Site:**

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/11/>

## "Lockdown zero"

"Administrativamente nada aqui está sendo tratado em relação a decretação de lockdown", revelou, ontem, ao Jornal Pequeno, uma fonte do Palácio dos Leões que acompanha diariamente as movimentações governamentais direcionadas para o combate à crise sanitária.

O JP buscou informações diante de um clima de apreensão que toma conta de alguns segmentos da sociedade desde que a Defensoria Pública do Estado (DPE) entrou com uma **Ação Civil Pública** no Fórum Desembargador Sarney Costa solicitando a decretação de lockdown em São Luís e nos 217 municípios maranhenses.

Ao apreciar o pedido, o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, decidiu pela manifestação do governo e das prefeituras municipais. Algumas já responderam.

Segundo a fonte, o governo acredita que o ambiente, hoje, é diferente daquele de quase um ano atrás, quando decretou o lockdown. Um outro detalhe é que existe uma percepção de que a sociedade não respeitaria um decreto extremo na atual conjuntura.

De certo o que temos hoje é que da parte do governo maranhense, ao menos neste momento, administrativamente nada está sendo tratado em relação a lockdown. "O que se discute hoje, e o governador Flávio Dino acompanha muito de perto, fazendo avaliações em reuniões praticamente diárias com o secretário Carlos Lula e sua equipe da secretaria de Saúde, é ampliação de leitos, aceleração da vacinação e fiscalização das restrições já impostas e levadas a públicos", disse a fonte, descartando qualquer conversa no sentido de decretação de lockdown.

O governo entende que está fazendo a sua parte e que a população precisa fazer a dela, respeitando as restrições estabelecidas.

**Site: [https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp\\_site/edicao-4dda1a5c7be4a1472c1d136f1cd568f6.pdf](https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/edicao-4dda1a5c7be4a1472c1d136f1cd568f6.pdf)**

# Justiça não decreta lockdown, mas proíbe som ao vivo em bares e restaurantes a partir de sexta-feira (12), em todo o Maranhão

Foi realizada nesta quinta-feira (11), a audiência de conciliação entre o juiz Douglas de Melo Martins, defensores públicos, membros do **Ministério Público** e empresários. Na oportunidade ficou decidido que não vai ser decretado lockdown, mas música ao vivo está proibido em todos os bares e restaurantes do Maranhão a partir de sexta-feira (12) até o próximo dia 18 de fevereiro.

Na decisão que será proferida ainda nesta quinta-feira (11), o juiz Douglas de Melo Martins proibirá todos os sons ao vivo, seja eletrônico através de DJ ou através de bandas ou apresentações com voz e violão.

A intenção é diminuir o fluxo de pessoas em bares e restaurantes durante os próximos dias e que não ocorra um carnaval nos estabelecimentos de entretenimento.

De acordo com o acordo firmado na reunião, uma nova avaliação será feita no dia 18 de fevereiro para decidir pela extensão do prazo ou suspensão da medida.

O bar ou restaurante que for flagrado descomprimido a regra terá o alvará de funcionamento cassado e o estabelecimento será interditado, além de ser punido com pagamento de multa.

**Site:** <https://www.wiltonlima.com.br/2021/02/justica-nao-decreta-lockdown-mas-proibe.html>

# Promotores que acusaram desembargadora Nelma e juíza Oriana são afastados do caso

Os promotores de Justiça, Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva, foram afastados do Inquérito e **Ação Civil Pública** que investigam a desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Nelma Sarney, os juízes Sidarta Guatama e Oriana Gomes.

A decisão foi da procuradora - relatora do Conselho Nacional do **Ministério Público**, Sandra Krieger Gonçalves, que acolheu o Pedido de Providências protocolado pelos advogados Daniel Blume, Thales de Andrade e Thiago Brhanner, que defendem a desembargadora Nelma Sarney.

O documento narra que houve violação ao princípio do promotor natural, uma vez que os promotores que estão atuando no caso são titulares de outras comarcas - no caso, Timon, Pastos Bons e Paraibano que foram designados pelo então Procurador-Geral de Justiça do **MPMA**, Luiz Gonzaga.

Para Sandra Krieger Gonçalves, é impossível admitir que promotores de Justiça atuem em Ações que não são de suas comarcas, casos isso ocorra seria admitir a "Portarias por Afinidade". "Ora, como se pode admitir que um **Promotor de Justiça** que possui atribuições em localidade diversa atue conjuntamente com outro Membro, que sequer está na ordem sucessória direta de substituição automática? Admitir tal situação representaria, ao fim e ao cabo, legitimar o uso daquilo que tomo a liberdade de denominar como 'Portarias por Afinidade'.

Veja aqui

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

**<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/02/promotore-s-que-acusaram-desembargadora-nelma-e-juiza-oriana-sao-afastados-do-caso/>**

# Justiça não decreta lockdown, mas proíbe som ao vivo em bares e restaurantes a partir de sexta-feira (12), em todo o Maranhão

Foi realizada nesta quinta-feira (11), a audiência de conciliação entre o juiz Dougla de Melo Martins, defensores públicos, membros do **Ministério Público** e empresários. Na oportunidade ficou decidido que não vai ser decretado lockdown, mas música ao vivo está proibido em todos os bares e restaurantes do Maranhão a partir de sexta-feira (12) até o próximo dia 18 de fevereiro.

Na decisão que será proferida ainda nesta quinta-feira (11), o juiz Douglas de Melo Martins proibirá todos os sons ao vivo, seja eletrônico através de DJ ou através de bandas ou apresentações com voz e violão.

A intenção é diminuir o fluxo de pessoas em bares e restaurantes durante os próximos dias e que não ocorra um carnaval nos estabelecimentos de entretenimento.

De acordo com o acordo firmado na reunião, uma nova avaliação será feita no dia 18 de fevereiro para decidir pela extensão do prazo ou suspensão da medida.

O bar ou restaurante que for flagrado descomprimido a regra terá o alvará de funcionamento cassado e o estabelecimento será interditado, além de ser punido com pagamento de multa.

Fonte: Diego Emir

**Site: <https://blogdominard.com.br/2021/02/justica-nao-decreta-lockdown-mas-proibe-som-ao-vivo-em-bares-e-restaurantes-a-partir-de-sexta-feira-12-em-todo-o-maranhao/>**

# Juiz Douglas Martins indefere pedido de lockdown no Maranhão

**GILBERTO LIMA**

O

juiz da Vara de Interesses Coletivos e Difusos, Douglas de Melo Martins,

indeferiu, durante audiência de conciliação na manhã de hoje (11), o pedido de

lockdown proposto por defensores públicos no dia 2 deste mês.

Na

ausência de representantes de vários municípios, o juiz Douglas Martins propôs

uma medida liminar. Todos os presentes concordaram, e ele decidiu por não

decretar o lockdown no **Maranhão**, ressaltando os diferentes cenários da pandemia

antes e agora e também a dificuldade de fiscalização caso fosse adotada esta

medida extrema de restrição.

"A

minha posição no momento é de indeferir esse pedido (de lockdown)", declarou.

O

juiz da Vara de Interesses Coletivos e Difusos também decidiu restringir, em

caráter judicial, as festividades relativas ao Carnaval.

A

audiência, que ocorreu de forma presencial e on-line, foi conduzida pelo procurador-geral

de Justiça do MP-MA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e pelo juiz Douglas de Melo

Martins. E pediu ainda que todos os municípios se

esforcem e implementem medidas

de contenção do avanço da pandemia.

Participaram

também representantes de municípios maranhenses, além do **Estado**, da Defensoria Pública

e representantes de setores da atividade econômica do **Maranhão**. Eles discutiram

o endurecimento de medidas restritivas no **Estado**, como o lockdown, em razão da

pandemia da Covid-19.

"A

gravidade do problema não permite que ninguém tome pra si o poder de decidir

como vai ser", comentou o juiz Douglas de Melo Martins ao abrir a sessão. A

audiência foi proposta por ele após três defensores do **Maranhão** acionarem a

Justiça, obrigando o Governo do **Maranhão** a adotar o lockdown, por causa da

pandemia.

Na

ação, os defensores pediram que a medida seja aplicada para todos os 217

municípios do **Maranhão**, durante 14 dias, podendo ser prorrogada. A petição foi

protocolada na 1ª Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís,

responsável por conceder, em maio de 2020, pelo pedido de lockdown para os

quatro municípios da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar

e Raposa).

O

secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, um dos participantes da audiência,

abriu a discussão expondo um quadro comparativo da pandemia no Maranhão no ano

passado e neste

momento.

No

dia 16 de junho 2020, havia 2.119 novos casos do coronavírus no Maranhão. Foram

disponibilizados pela rede pública estadual de saúde 1.330 leitos clínicos e

474 leitos de Unidade de Terapia Intensa (UTI).

Segundo

o secretário, naquele primeiro momento, toda a rede estadual foi

disponibilizada para tratar pacientes infectados pelo coronavírus. Hoje, existe

uma pressão, de acordo com Carlos Lula, em hospitais para o atendimento de

pacientes com outros problemas, como acidentes de trânsito, vítimas de arma de

fogo e arma branca e pessoas que tinham comorbidades que deixaram de se cuidar

em 2020.

"Eu

tenho o aumento de demanda que eu não tive em 2020. Isso não permite, portanto,

que eu coloque de novo todo o sistema de saúde para cuidar apenas da Covid-19",

explicou o secretário Carlos Lula.

O

cenário atual da Covid no Maranhão mostra que foram confirmados 514 novos casos

do coronavírus nessa quarta-feira (10). O Estado dispõe de 698 leitos clínicos

e 306 de UTI, com capacidade de expansão.

"Lockdown

não é a saída no momento. A gente pode adotar outras medidas", pontuou o

secretário.

**Site:** <https://www.gilbertolima.com.br/2021/02/juiz-douglas-de-melo-martins-indefere.html>

# Justiça não decreta lockdown, mas proíbe som ao vivo em bares e restaurantes a partir de sexta-feira (12), em todo o Maranhão

Foi realizada nesta quinta-feira (11), a audiência de conciliação entre o juiz Dougla de Melo Martins, defensores públicos, membros do **Ministério Público** e empresários. Na oportunidade ficou decidido que não vai ser decretado lockdown, mas música ao vivo está proibido em todos os bares e restaurantes do Maranhão a partir de sexta-feira (12) até o próximo dia 18 de fevereiro.

Na decisão que será proferida ainda nesta quinta-feira (11), o juiz Douglas de Melo Martins proibirá todos os sons ao vivo, seja eletrônico através de DJ ou através de bandas ou apresentações com voz e violão.

A intenção é diminuir o fluxo de pessoas em bares e restaurantes durante os próximos dias e que não ocorra um carnaval nos estabelecimentos de entretenimento.

De acordo com o acordo firmado na reunião, uma nova avaliação será feita no dia 18 de fevereiro para decidir pela extensão do prazo ou suspensão da medida.

O bar ou restaurante que for flagrado descomprimido a regra terá o alvará de funcionamento cassado e o estabelecimento será interditado, além de ser punido com pagamento de multa.

**Site:** <http://diegoemir.com/2021/02/justica-nao-decreta-lockdown-mas-proibe-som-ao-vivo-em-bares-e-restaurantes-a-partir-de-sexta-feira-12-em-todo-o-maranhao/>



# Ministério Público quer que vacinação de profissionais da educação de São Luís seja antecipada (Cotidiano)

## *Atual7*

Os profissionais de educação de São Luís poderão ser incluídos no grupo prioritário para receber a vacina contra a **Covid-19**. A recomendação do **Ministério Público** do Maranhão, e vale para todos os profissionais da educação básica e ensino em geral, da rede pública e privada.

Segundo informação divulgada pelo órgão, a indicação foi feita aos secretários estadual e municipal da Saúde, respectivamente, Carlos Lula e Joel Nunes Júnior, na terça-feira 9. Também foi oficializado a respeito do pedido o prefeito Eduardo Braide (Podemos).

No documento, o MP abre o prazo de 10 dias para que seja realizada as devidas alterações na lista de prioridade da vacina contra a doença, com adaptação do Plano Municipal de Vacinação, considerando a prioridade dos profissionais da educação, logo após o grupo de idosos.

De acordo com a 2ª Promotoria da Defesa da Educação de Saúde, um dos motivos para a manifestação foi um requerimento da Aspa (Associação de Pais e Alunos de Institucionais de Ensino do Estado do Maranhão), solicitando a vacinação prioritária de professores e demais trabalhadores da educação, além dos educandos.

No pedindo, ainda segundo o órgão, foi alertado que, somente nos 15 primeiros dias do início do ano letivo, 17 escolas particulares já suspenderam as **aulas** presenciais devido registro de casos de **Covid-19**, tanto entre professores quanto alunos.

Por se tratar de recomendação, a Prefeitura de São Luís não é obrigada a cumprir, mas se sujeita a ser alvo de ação do **Ministério Público**.

Atualmente, conforme o Plano Nacional de Vacinação, utilizado por Braide para o plano municipal, os profissionais da educação do ensino básico estão inseridos no 17º grupo prioritário.

**Site:** <https://atual7.com/cotidiano/2021/02/ministerio->

*publico-quer-que-vacinacao-de-profissionais-da-educacao-de-sao-luis-seja-antecipada/*

# MPMA promove reunião com proprietários de bares e restaurantes de São Luís

O **Ministério Público** do Maranhão realizou, na manhã desta quarta-feira, 10, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, uma reunião com donos de bares e restaurantes da capital para tratar de Recomendação, que será expedida aos estabelecimentos, acerca das medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus.

A reunião, que ocorreu na sede das Promotorias de Justiça da Capital, foi coordenada pela promotora de justiça Lítia Cavalcanti, tendo também a participação dos representantes das Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual, Edmilson Diniz e Paulo Jessé, respectivamente.

Lítia Cavalcanti pediu, aos presentes, sugestões sobre pontos a serem acrescidos no documento, a fim de torná-lo mais claro e acessível às necessidades do setor. Ela também destacou que a Recomendação é baseada na legislação do governo referente ao combate à pandemia e pediu a colaboração de todos para ajudar no seu cumprimento.

"O nosso objetivo é promover o diálogo, por isso realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão. As consequências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", enfatizou a promotora de justiça.

O representante da Vigilância Sanitária Estadual frisou que os leitos de hospitais públicos e particulares de São Luís têm atingido o limite da capacidade de atendimento. Ele apontou que, mesmo com esse cenário, tem sido observado situações de desrespeito ao distanciamento social em vários pontos comerciais da capital.

"É necessário que o poder público aja no sentido de coibir toda forma de descumprimento às medidas sanitárias que tem se mostrado eficazes. O desrespeito leva a superlotação de leitos e consequentemente a morte das pessoas", disse Paulo Jessé.

Edmilson Diniz lembrou que, ao longo do ano passado, houve uma extensa agenda de debates com os vários segmentos comerciais, tendo em vista o ajustamento das necessidades do momento com os

problemas enfrentados pelo setor.

"O nosso objetivo é preservar as atividades comerciais. Infelizmente houve uma negligência no cumprimento das medidas sanitárias por parte de vários segmentos. Por isso, é necessário fortalecer a orientação dos consumidores para não haver um descontrole da situação", afirmou o representante da Vigilância Sanitária Municipal.

**Site:** <https://omaranhense.com/mpma-promove-reuniao-com-proprietarios-de-bares-e-restaurantes-de-sao-luis/>

# Proprietários de bares e restaurantes de São Luís se reúnem com MP

## **Assessoria**

O **Ministério Público** do Maranhão realizou, na manhã desta quarta-feira, 10, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, uma reunião com donos de bares e restaurantes da capital para tratar de Recomendação, que será expedida aos estabelecimentos, acerca das medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus.

A reunião, que ocorreu na sede das Promotorias de Justiça da Capital, foi coordenada pela promotora de justiça Lítia Cavalcanti, tendo também a participação dos representantes das Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual, Edmilson Diniz e Paulo Jessé, respectivamente.

Lítia Cavalcanti pediu, aos presentes, sugestões sobre pontos a serem acrescentados no documento, a fim de torná-lo mais claro e acessível às necessidades do setor. Ela também destacou que a Recomendação é baseada na legislação do governo referente ao combate à pandemia e pediu a colaboração de todos para ajudar no seu cumprimento.

"O nosso objetivo é promover o diálogo, por isso realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão. As consequências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", enfatizou a promotora de justiça.

O representante da Vigilância Sanitária Estadual frisou que os leitos de hospitais públicos e particulares de São Luís têm atingido o limite da capacidade de atendimento. Ele apontou que, mesmo com esse cenário, tem sido observado situações de desrespeito ao distanciamento social em vários pontos comerciais da capital.

"É necessário que o poder público aja no sentido de coibir toda forma de descumprimento às medidas sanitárias que tem se mostrado eficazes. O desrespeito leva a superlotação de leitos e consequentemente a morte das pessoas", disse Paulo Jessé.

Edmilson Diniz lembrou que, ao longo do ano passado, houve uma extensa agenda de debates com

os vários segmentos comerciais, tendo em vista o ajustamento das necessidades do momento com os problemas enfrentados pelo setor.

"O nosso objetivo é preservar as atividades comerciais. Infelizmente houve uma negligência no cumprimento das medidas sanitárias por parte de vários segmentos. Por isso, é necessário fortalecer a orientação dos consumidores para não haver um descontrole da situação", afirmou o representante da Vigilância Sanitária Municipal.

**Site:** <https://www.ma10.com.br/2021/02/11/proprietarios-de-bares-e-restaurantes-de-sao-luis-se-reunem-com-ministerio-publico/>

# Promotores se reúnem com Semus para esclarecimentos sobre vacinação

## **Assessoria**

Com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a vacinação de pessoas idosas em São Luís, os promotores de justiça José Augusto Cutrim, da Defesa do Idoso, e Ana Teresa Silva de Freitas e Ronald Pereira dos Santos, da Defesa da Pessoa com Deficiência, se reuniram na manhã desta quarta-feira, 10, com representantes da Secretaria Municipal de Saúde (Semus).

Entre as informações e dúvidas sanadas na reunião, estiveram questões relativas ao processo inteiro de vacinação para pessoas idosas e com deficiência, tais como calendário de vacinação, etapas de agendamento e criação de canal na Semus para recebimento de denúncias e sugestões.

Segundo José Augusto Cutrim, a reunião serviu para entender questões específicas da vacinação. "A equipe da Semus nos trouxe informações sobre como será o procedimento para aqueles que estão acamados ou que perderam o momento em que se cadastraram para receber a vacina, assim como os procedimentos para idosos que não possuem acesso à rede de informática", disse o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso.

O secretário-adjunto da Semus, Egídio de Carvalho Ribeiro, destacou a importância da reunião para ouvir as sugestões do **Ministério Público**. "Estamos em um processo delicado de vacinação. Nesse momento, outros olhares são importantes para conseguirmos melhorar o processo", concluiu.

Também participaram da reunião representantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi).

**Site:** <https://www.ma10.com.br/2021/02/11/promotores-se-reunem-com-semus-para-esclarecimentos-sobre-vacinacao/>

# Justiça indefere pedido de lockdown no Maranhão

Foto: Reprodução

Em audiência realizada na manhã desta quinta-feira (11), em São Luís, o juiz Douglas de Melo Martins indeferiu o pedido de lockdown feito pela Defensoria Pública do Maranhão (DPE). A audiência, que ocorreu de forma presencial e on-line, foi conduzida pelo procurador-geral de Justiça do **MPMA**, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e pelo juiz.

"A gravidade do problema não permite que ninguém tome pra si o poder de decidir como vai ser", comentou o juiz Douglas de Melo Martins ao abrir a sessão. A audiência foi proposta por ele após três defensores do Maranhão acionarem a Justiça, obrigando o Governo do Maranhão a adotar o lockdown, por causa da pandemia.

Ficou decidido na reunião que, mesmo com o indeferimento do pedido, devem existir restrições ao período de Carnaval em todo o estado.

O secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, enfatizou que o lockdown neste momento não é a saída e que outras medidas podem ser adotadas.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/11/justica-indefere-pedido-de-lockdown-no-maranhao/>

# Todas as festas estão proibidas no Maranhão por sete dias

Foto: Reprodução

Todas as festas estão proibidas no Maranhão até o dia 18 de fevereiro. Foi o que determinou o juiz Douglas Martins, ao negar o pedido feito pela Defensoria do Estado para que fosse decretado lockdown. Com a decisão, nem mesmo eventos com até 150 pessoas, como estava definido pelo Governo, estão liberadas.

Bares, restaurantes e casas de eventos não poderão ter música ao vivo, ou mesmo som mecânico, com DJ, por exemplo. Não serão permitidas, também "resenhas" particulares em espaço público.

Ainda nesta quinta-feira (11), o Governo do Estado e o **Ministério Público** deverão se posicionar sobre como será feita a fiscalização das determinações.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/11/todas-as-festas-estao-proibidas-no-maranhao-por-sete-dias/>

# Novas recomendações sanitárias deverão ser seguidas por bares e restaurantes de São Luís

Foto: Reprodução

O **Ministério Público** do Maranhão realizou, nessa quarta-feira, 10, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, uma reunião com donos de bares e restaurantes da capital para tratar de nova Recomendação que será expedida aos estabelecimentos. Essa recomendação trata de medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus.

A promotora Lítia Cavalcanti pediu aos presentes sugestões sobre pontos a serem acrescentados no documento, a fim de torná-lo mais claro e acessível às necessidades do setor. Ela também destacou que a Recomendação é baseada na legislação do governo referente ao combate à pandemia e pediu a colaboração de todos para ajudar no seu cumprimento.

"O nosso objetivo é promover o diálogo, por isso realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão. As consequências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", enfatizou a promotora de justiça.

O representante da Vigilância Sanitária Estadual frisou que os leitos de hospitais públicos e particulares de São Luís têm atingido o limite da capacidade de atendimento. Ele apontou que, mesmo com esse cenário, tem sido observado situações de desrespeito ao distanciamento social em vários pontos comerciais da capital.

**Site:** <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/11/novas-recomendacoes-sanitarias-deverao-ser-seguidas-por-bares-e-restaurantes-de-sao-luis/>



# Juiz Douglas de Melo Martins indefere pedido de lockdown no Maranhão

SÃO LUÍS - O juiz da Vara de Interesses Coletivos e Difusos, Douglas de Melo Martins, indeferiu, durante audiência de conciliação na manhã de hoje (11), o pedido de lockdown proposto por defensores públicos no dia 2 deste mês.

Na ausência de representantes de vários municípios, o juiz Douglas Martins propôs uma medida liminar. Todos os presentes concordaram, e ele decidiu por não decretar o lockdown no **Maranhão**, ressaltando os diferentes cenários da pandemia antes e agora e também a dificuldade de fiscalização caso fosse adotada esta medida extrema de restrição. "A minha posição no momento é de indeferir esse pedido [de lockdown]", declarou.

O juiz da Vara de Interesses Coletivos e Difusos também decidiu restringir, em caráter judicial, as festividades relativas ao Carnaval. A audiência, que ocorreu de forma presencial e on-line, foi conduzida pelo procurador-geral de Justiça do MP-MA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e pelo juiz Douglas de Melo Martins. E pediu ainda que todos os municípios se esforcem e implementem medidas de contenção do avanço da pandemia.

Participaram também representantes de municípios maranhenses, além do **Estado**, da Defensoria Pública e representantes de setores da atividade econômica do **Maranhão**. Eles discutiram o endurecimento de medidas restritivas no **Estado**, como o lockdown, em razão da pandemia da Covid-19.

"A gravidade do problema não permite que ninguém tome pra si o poder de decidir como vai ser", comentou o juiz Douglas de Melo Martins ao abrir a sessão. A audiência foi proposta por ele após três defensores do **Maranhão** acionarem a Justiça, obrigando o Governo do **Maranhão** a adotar o lockdown, por causa da pandemia.

Na ação, os defensores pediram que a medida seja aplicada para todos os 217 municípios do **Maranhão**, durante 14 dias, podendo ser prorrogada. A petição foi protocolada na 1ª Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, responsável por conceder, em maio de 2020, pelo pedido de lockdown para os quatro municípios da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

## Cenário da pandemia antes e agora

O secretário de **Estado** da **Saúde**, Carlos Lula, um dos participantes da audiência, abriu a discussão expondo um quadro comparativo da pandemia no **Maranhão** no ano passado e neste momento.

No dia 16 de junho 2020, havia 2.119 novos casos do coronavírus no **Maranhão**. Foram disponibilizados pela rede pública estadual de **saúde** 1.330 leitos clínicos e 474 leitos de Unidade de Terapia Intensa (UTI).

Segundo o secretário, naquele primeiro momento, toda a rede estadual foi disponibilizada para tratar pacientes infectados pelo coronavírus. Hoje, existe uma pressão, de acordo com Carlos Lula, em hospitais para o atendimento de pacientes com outros **problemas**, como acidentes de trânsito, vítimas de arma de fogo e arma branca e pessoas que tinham comorbidades que deixaram de se cuidar em 2020.

"Eu tenho o aumento de demanda que eu não tive em 2020. Isso não permite, portanto, que eu coloque de novo todo o sistema de **saúde** para cuidar apenas da Covid-19", explicou o secretário Carlos Lula.

O cenário atual da Covid no **Maranhão** mostra que foram confirmados 514 novos casos do coronavírus nessa quarta-feira (10). O **Estado** dispõe de 698 leitos clínicos e 306 de UTI, com capacidade de expansão. "Lockdown não é a saída no momento. A gente pode adotar outras medidas", pontuou o secretário.

O secretário de **Saúde** de São Luís, Joel Nunes, declarou que o posicionamento do **município** também é contra a adoção de lockdown. "Neste momento não nos parece a decisão mais acertada a medida mais extrema do lockdown", disse o secretário Joel Nunes, destacando a oferta de 120 novos leitos exclusivos para pacientes com Covid na rede municipal, anunciada pelo prefeito Eduardo Braide nessa quarta.

**Site:** <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/02/11/juiz-douglas-de-melo-martins-indefere-pedido-de-lockdown-no-maranhao.shtml>

# MP-MA promove reunião com proprietários de bares e restaurantes de São Luís

SÃO LUÍS - O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) realizou, na manhã dessa quarta-feira (10), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, uma reunião com donos de bares e restaurantes da capital maranhense para tratar de recomendação, que será expedida aos estabelecimentos, acerca das medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus.

Ouvidoria do MP-MA registra 38 denúncias sobre vacinação contra Covid-19

Imperatriz: 14 bares são notificados em fiscalização noturna?

Operação flagra e interdita bares com aglomerações em São Luís no fim de semana?

A reunião, que ocorreu na sede das Promotorias de Justiça da Capital, foi coordenada pela promotora de justiça Lítia Cavalcanti, tendo também a participação dos representantes das Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual, Edmilson Diniz e Paulo Jessé, respectivamente.

Lítia Cavalcanti pediu, aos presentes, sugestões sobre pontos a serem acrescentados no documento, a fim de torná-lo mais claro e acessível às necessidades do setor. Ela também destacou que a Recomendação é baseada na legislação do governo referente ao combate à pandemia e pediu a colaboração de todos para ajudar no seu cumprimento.

"O nosso objetivo é promover o diálogo, por isso realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão. As consequências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", enfatizou a promotora de justiça.

O representante da Vigilância Sanitária Estadual frisou que os leitos de hospitais públicos e particulares de São Luís têm atingido o limite da capacidade de atendimento. Ele apontou que, mesmo com esse cenário, tem sido observado situações de desrespeito ao distanciamento social em vários pontos comerciais da capital.

"É necessário que o poder público aja no sentido de

coibir toda forma descumprimento às medidas sanitárias que tem se mostrado eficazes. O desrespeito leva a superlotação de leitos e consequentemente a morte das pessoas", disse Paulo Jessé.

Edmilson Diniz lembrou que, ao longo do ano passado, houve uma extensa agenda de debates com os vários segmentos comerciais, tendo em vista o ajustamento das necessidades do momento com os problemas enfrentados pelo setor.

O nosso objetivo é preservar as atividades comerciais. Infelizmente houve uma negligência no cumprimento das medidas sanitárias por parte de vários segmentos. Por isso, é necessário fortalecer a orientação dos consumidores para não haver um descontrole da situação", afirmou o representante da Vigilância Sanitária Municipal.

**Site:** <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/02/11/mp-ma-promove-reuniao-com-proprietarios-de-bares-e-restaurantes-de-sao-luis.shtml>

# Ministério Público recomenda medidas sanitárias a proprietários de bares e restaurantes de São Luís

O **Ministério Público** do Maranhão realizou, na manhã desta quarta-feira, 10, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, uma reunião com donos de bares e restaurantes da capital para tratar de Recomendação, que será expedida aos estabelecimentos, acerca das medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus.

A reunião, que ocorreu na sede das Promotorias de Justiça da Capital, foi coordenada pela promotora de justiça Lítia Cavalcanti, tendo também a participação dos representantes das Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual, Edmilson Diniz e Paulo Jessé, respectivamente.

Lítia Cavalcanti pediu, aos presentes, sugestões sobre pontos a serem acrescentados no documento, a fim de torná-lo mais claro e acessível às necessidades do setor. Ela também destacou que a Recomendação é baseada na legislação do governo referente ao combate à pandemia e pediu a colaboração de todos para ajudar no seu cumprimento.

"O nosso objetivo é promover o diálogo, por isso realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão. As consequências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", enfatizou a promotora de justiça.

O representante da Vigilância Sanitária Estadual frisou que os leitos de hospitais públicos e particulares de São Luís têm atingido o limite da capacidade de atendimento. Ele apontou que, mesmo com esse cenário, tem sido observado situações de desrespeito ao distanciamento social em vários pontos comerciais da capital.

"É necessário que o poder público aja no sentido de coibir toda forma de descumprimento às medidas sanitárias que tem se mostrado eficazes. O desrespeito leva a superlotação de leitos e consequentemente a morte das pessoas", disse Paulo Jessé.

Edmilson Diniz lembrou que, ao longo do ano

passado, houve uma extensa agenda de debates com os vários segmentos comerciais, tendo em vista o ajustamento das necessidades do momento com os problemas enfrentados pelo setor.

"O nosso objetivo é preservar as atividades comerciais. Infelizmente houve uma negligência no cumprimento das medidas sanitárias por parte de vários segmentos. Por isso, é necessário fortalecer a orientação dos consumidores para não haver um descontrole da situação", afirmou o representante da Vigilância Sanitária Municipal.

**Site:**

<https://centraldenoticias.radio.br/2021/02/11/ministerio-publico-recomenda-medidas-sanitarias-a-proprietarios-de-bares-e-restaurantes-de-sao-luis/>

# AÇAILÂNDIA: Vereador é afastado do cargo a pedido do MPMA

Com base em uma Denúncia protocolada pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia nesta terça-feira, 9, a Justiça determinou, na mesma data, a suspensão imediata de Josibeliano Chagas Farias do exercício da função pública de vereador. A liminar, concedida pela 1ª Vara da Comarca de Açailândia adverte que o não cumprimento da medida poderá resultar na prisão preventiva do denunciado.

De acordo com a Denúncia, assinada pela promotora de justiça Glauce Mara Lima Malheiros, Josibeliano Farias, conhecido como "Ceará", teria liderado um grupo de vereadores que falsificaram uma ata de registro de sessão solene de instalação da legislatura 2021-2024. Ceará e os outros sete denunciados teriam cometido o crime de falsidade ideológica.

De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 299, o crime tem pena de um a cinco anos de reclusão, além de multa, em caso de documentos públicos. O parágrafo único do mesmo artigo acrescenta que "se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte".

Também foram denunciados os vereadores Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, Adriano Andrade Silva, Davi Alexandre Sampaio Camargo, Adjackson Rodrigues Lima, Cesar Nildo Costa Lima e Epifânio Andrade Silva.

## ENTENDA O CASO

Em 1º de janeiro de 2021, às 10h, os vereadores denunciados tentaram realizar, na sede da Câmara Municipal de Açailândia, uma sessão de instalação da legislatura e eleição da mesa diretora da casa. A sessão foi suspensa após a chegada dos demais vereadores eleitos, cuja posse já tinha ocorrido, em sessão realizada às 00h30 do mesmo dia, seguindo a resolução nº 02/2020 da Câmara, editada pelo próprio Josibeliano Farias, que era o presidente da casa legislativa no mandato anterior.

Os denunciados apresentaram uma ata segundo a qual a sessão teria sido iniciada sob a presidência do vereador Ceará, pois ele teria sido o candidato mais votado. O documento afirma que os presentes teriam cantado os hinos nacional e do Maranhão e que os

vereadores presentes teriam se habilitado perante a mesa, prestado compromisso e sido empossados, apresentando toda a sua documentação. Além disso, teria havido a eleição da mesa diretora, tendo como vencedora a chapa de Josibeliano Farias.

De acordo com o documento, somente após a eleição da mesa os demais vereadores teriam "invadido" o local, com a suspensão da sessão por tempo indeterminado. Teria acontecido, ainda, a posse do prefeito e vice-prefeito de Açailândia.

As investigações do **Ministério Público**, no entanto, mostram que os fatos não aconteceram da forma retratada na ata. Vídeos mostram que a reunião sequer passou da fase de abertura e canto do hino nacional, "sendo inverídicas as informações nela constantes, no que diz respeito ao recebimento de documentos, posse dos eleitos, eleição da mesa diretora e posse do prefeito e vice-prefeito".

Sobre este último ponto, o prefeito Aluísio Silva Sousa e o vice-prefeito Joaquim Ramos Júnior foram ouvidos pelo **Ministério Público**. Ambos afirmaram que não estiveram presentes e sequer foram formalmente convidados para a sessão realizada pela Câmara Municipal às 10h do dia 1º de janeiro. Servidores do Legislativo Municipal também afirmaram não ter conhecimento sobre a realização da sessão.

"Os denunciados, mesmo impossibilitados de continuar com o ato solene que fora suspenso por prazo indeterminado, reuniram-se em local e horário não sabidos, e lavraram a ata ora questionada, como se a sessão tivesse acontecido, e se autodeclararam eleitos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal, fazendo inserir declaração falsa em documento público com o fim de prejudicar o direito dos vereadores que já haviam sido eleitos para a Mesa Diretora do Legislativo Municipal horas antes e para alterar a verdade de fatos juridicamente relevantes", afirmou, na ação, a promotora Glauce Malheiros.

## LEGISLAÇÃO

Além de tentarem realizar uma sessão legislativa irregular, sob o argumento de que o regimento da Câmara Municipal de Açailândia previa a sua realização às 10h, os vereadores denunciados

violaram outros aspectos legais.

O artigo 11 do regimento interno da Câmara, por exemplo, estabelece o quórum mínimo de votação. No caso da votação da Mesa Diretora é necessária a maioria absoluta dos vereadores. Dessa forma, não seria possível sequer a abertura da sessão.

Já a Lei Orgânica do Município de Açailândia impede a recondução do presidente da Câmara de Vereadores ao cargo. Josibeliano Farias, portanto, não poderia ser reeleito.

Na Denúncia, além da condenação dos envolvidos por falsidade ideológica, o **Ministério Público** do Maranhão requer que seja declarada a perda dos cargos públicos ocupados pelos denunciados e que seja estabelecido um valor mínimo para reparação dos danos causados, já que os vereadores prejudicados chegaram a ter seus mandatos extintos, com a nomeação de suplentes que chegaram, inclusive, a receber salários.

**Site:** <https://arimateiajr.com/noticia/898497/acailandia-vereador-e-afastado-do-cargo-a-pedido-do-mpma>

# MPMA recomenda prioridade na vacinação contra Covid-19 dos profissionais da educação

Devido ao retorno das aulas presenciais nas escolas públicas e privadas, em todo o estado, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís expediu, nesta terça-feira, 9, ofícios recomendando a vacinação de todos os profissionais da educação básica e ensino em geral, após o término da prioridade dos idosos.

Os documentos foram encaminhados ao secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, ao secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, e ao prefeito da capital, Eduardo Salim Braide. Assinou os ofícios o **promotor de justiça** Lindonjonson Gonçalves de Sousa.

Foi concedido o prazo de 10 dias para que seja encaminhado documento ao **Ministério Público** do Maranhão com as devidas alterações de prioridade e com a adaptação do Plano Municipal de Vacinação, considerando a prioridade dos profissionais da educação, logo após os grupos de idosos.

PRIORIDADE - Um dos motivos da manifestação do **MPMA** foi o requerimento da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa), com o pedido de vacinação prioritária de professores e demais trabalhadores da educação, além dos educandos.

# Vereador "Ceará", de Açailândia, é afastado do cargo a pedido do MP do Maranhão

base em uma denúncia protocolada pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia nesta terça-feira (9), a Justiça determinou, nesta mesma data, a suspensão imediata de Josibeliano Chagas Farias, o "Ceará" (PSD), do exercício da função pública de vereador.

A liminar, concedida pela 1ª Vara da Comarca de Açailândia, adverte que o não cumprimento da medida poderá resultar na prisão preventiva do denunciado.

De acordo com a denúncia, assinada pela promotora de Justiça Glauce Mara Lima Malheiros, Josibeliano Farias, conhecido como "Ceará", teria liderado um grupo de vereadores que falsificaram uma ata de registro de sessão solene de instalação da legislatura 2021-2024. Ceará e os outros sete denunciados teriam cometido o crime de falsidade ideológica.

De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 299, o crime tem pena de um a cinco anos de reclusão, além de multa, em caso de documentos públicos.

O parágrafo único do mesmo artigo acrescenta que "se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte".

Também foram denunciados os vereadores Bernadete Socorro de Oliveira Araújo, Maycon Marcelo de Oliveira, Adriano Andrade Silva, Davi Alexandre Sampaio Camargo, Adjackson Rodrigues Lima, Cesar Nildo Costa Lima e Epifânio Andrade Silva.

## ENTENDA O CASO

Em 1º de janeiro de 2021, às 10h, os vereadores denunciados tentaram realizar, na sede da Câmara Municipal de Açailândia, uma sessão de instalação da legislatura e eleição da mesa diretora da casa. A sessão foi suspensa após a chegada dos demais vereadores eleitos, cuja posse já tinha ocorrido, em sessão realizada às 00h30 do mesmo dia, seguindo a resolução nº 02/2020 da Câmara, editada pelo próprio Josibeliano Farias, que era o presidente da casa legislativa no mandato anterior.

Os denunciados apresentaram uma ata segundo a

qual a sessão teria sido iniciada sob a presidência do vereador Ceará, pois ele teria sido o candidato mais votado. O documento afirma que os presentes teriam cantado os hinos nacional e do Maranhão e que os vereadores presentes teriam se habilitado perante a mesa, prestado compromisso e sido empossados, apresentando toda a sua documentação. Além disso, teria havido a eleição da mesa diretora, tendo como vencedora a chapa de Josibeliano Farias.

De acordo com o documento, somente após a eleição da mesa os demais vereadores teriam "invadido" o local, com a suspensão da sessão por tempo indeterminado. Teria acontecido, ainda, a posse do prefeito e vice-prefeito de Açailândia.

As investigações do **Ministério Público**, no entanto, mostram que os fatos não aconteceram da forma retratada na ata. Vídeos mostram que a reunião sequer passou da fase de abertura e canto do hino nacional, "sendo inverídicas as informações nela constantes, no que diz respeito ao recebimento de documentos, posse dos eleitos, eleição da mesa diretora e posse do prefeito e vice-prefeito".

Sobre este último ponto, o prefeito Aluísio Silva Sousa (Republicanos) e o vice-prefeito Joaquim Ramos Júnior, o "Joaquim do Proagro" (PSD), foram ouvidos pelo **Ministério Público**. Ambos afirmaram que não estiveram presentes e sequer foram formalmente convidados para a sessão realizada pela Câmara Municipal às 10h do dia 1º de janeiro. Servidores do Legislativo Municipal também afirmaram não ter conhecimento sobre a realização da sessão.

# Conselho do MP afasta dois promotores de caso contra desembargadora Nelma Sarney

O Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) deferiu nesta terça (9) um pedido de providências protocolado pela desembargadora Nelma Sarney, do Tribunal de Justiça do Maranhão, e afastou de um processo os promotores Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva, que moveram ação contra a magistrada pedindo seu afastamento do cargo por supostos atos de **improbidade administrativa**.

A decisão, liminar, é da conselheira Sandra Krieger Gonçalves relatora do caso. Ela acatou os argumentos dos advogados Daniel Blume, Thales de Andrade e Thiago Brhanner, que representam a desembargadora.

Na defesa, os advogados questionaram a designação dos promotores - com atuação nas comarcas de Timon, Pastos Bons e Paraibano -, pelo então procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, exclusivamente para mover a ação contra Nelma.

"Sustentou que houve violação ao princípio do promotor natural, uma vez que "os promotores subscritores do aodado petitio são titulares das promotorias de outras comarcas - no caso, Timon, Pastos Bons e Paraibano, todos no Maranhão, tendo sido designados pelo então os promotores para o feito, Gonzaga "além de não fundamentar a excepcionalidade do ato de nomeação dos três promotores, não submeteu a sua decisão ao Conselho Superior do **MPMA**, nem de forma prévia, nem posteriormente".

Para Sandra Krieger Gonçalves, os atos foram "casuísticos" e feriram o princípio do Promotor Natural.

"No momento que a Administração Superior admite a designação de Membros de forma casuística, a fim de atender pedido discricionário de Membro, ela não salvaguarda o interesse público, mas sim o contrária. Não há como se admitir a atuação conjunta, fora da ordem de substituição automática ou a pertinência temática do assunto, vez que as atribuições naturais de cada Promotoria de Justiça são definidas em Lei e normativas internas (Resoluções, Atos e etc.). Pensar diferente é negar a normativa interna que dispõe sobre as atribuições e lotações originais de Membros. É negar o princípio do Promotor Natural", destacou a conselheira Sandra Krieger Gonçalves.



# Da picanha ao ovo frito - BASTIDORES

**RAIMUNDO BORGES**

Quem nunca comeu na Argentina ou ao menos ouviu falar da carne assada em parrila? No vizinho país "hermano", esse tipo de prato é tão conhecido quanto um vinho Malbec de Mendoza. Muitos restaurantes de Buenos Aires são mais famosos pela carne que servem do que muitas churrascarias no Rio Grande do Sul. Mas o problema hoje é exatamente esse. A crise do coronavírus bateu forte na comilança de carne assada em parrila. A média de 47,7 quilos de carne consumido anualmente por cada argentino -dez vezes mais do que a Espanha, por exemplo - não é mais a mesma.

O que parece ser um absurdo até mesmo na Americana do Sul, esse volume de carne per capita na Argentina é hoje excessivamente baixo. O menor em 100 anos. A queda tem a ver com mudanças de hábitos alimentares, mas também com o preço. Assim como no Brasil, a carne subiu 74% em 2020, o dobro da inflação. O Governo de Alberto Fernández começou pela carne bovina a batalha para conter o aumento da cesta básica, desafio que muitos de seus antecessores também enfrentaram, mas sem sucesso.

No país de Alberto Fernández, o acordo de preços das carnes que entrou em vigor na semana passada estabelece reduções de até 30% em oito cortes populares. Os frigoríficos assumem a metade do desconto e os supermercados a outra. Graças ao acordo, que durará até o fim de março, costela, fraldinha, coxão duro, acém e carne moída, entre outras, voltaram a custar o mesmo que meses atrás, desde que a compra seja feita em grandes supermercados e em certos dias da semana.

Segundo uma interessante matéria do jornal El País, nas três primeiras quartas-feiras e fins de semana do mês é possível encontrar a fraldinha a 499 pesos o quilo (R\$ 30,40, no câmbio oficial) e a carne moída a 265 pesos (R\$ 16,15). A poucos metros de distância, os mesmos cortes sem desconto são vendidos por preços entre 50% e 90% mais altos. Aqui no Brasil, a famosa picanha argentina, que enche a vista e pesa no bolso dos gulosos por churrasco, anda até sumida dos supermercados e casas de carne.

Como no Brasil não tem acordo sobre preço algum, a carne disparou, assim como o arroz e os combustíveis, o feijão, o óleo de soja, o gás e demais itens da cesta básica. O governo não parece preocupado com a disparada dos preços. Fica mais fácil jogar a culpa no

mercado chinês, que tem 1,4 bilhão de bocas para alimentar. Enquanto isso, no Brasil a disparada nos preços dos alimentos está mudando hábitos alimentares. O churrasco de fim de semana está dando lugar à farofa de ovo frito e o mexido de sardinha. A crise derrubou até a "fabricação" de bebês. No Maranhão, nunca esteve tão baixa, dizem os cartórios de registro civil.

Olhando 2022 (1)

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) vislumbra dois cenários para 2022. O primeiro é ser candidato a senador; o segundo apoiar a eventual candidatura de Lula à Presidência -desde que ele derrube na justiça a inelegibilidade.

Olhando 2022 (2)

Apoiando Lula, Dino teria chance de integrar a chapa como vice. Mas ele prefere alimentar o sonho da união das esquerdas e centro contra Bolsonaro, que já arrebanhou no Congresso, a maior parte do agrupamento Centrão.

Olhando 2022 (3)

Apesar de o PCdoB tentar convencer Dino de concorrer à Presidência, ele sabe que é perda de tempo e de seu espaço político. Ficar sem mandato depois que deixar o Palácio dos Leões não está escrito em seu projeto de futuro.

"Se apropriou de Bolsonaro no inesquecível Bolsodoria"

Do deputado Aécio Neves, para o governador João Doria, após o pedido de expulsão, acusado de formar bloco de apoio ao então candidato Arthur Lira, aliado de Jair Bolsonaro e principal opositor do governador.

Flávio Dino não foi convidado por Jair Bolsonaro a participar dos eventos que realiza hoje em Alcântara. Nada

i l i

estranho, pois nem o vice-presidente Hamilton Mourão foi convidado para reunião ministerial na 2a feira no

Planalto.

O Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) atendeu pedido da desembargadora Nelma Sarney, do TJMA e afastou de um processo contra ela, os promotores de Justiça Helder Ferreira Bezerra e Gustavo Pereira Silva.

Os dois moveram ação contra a magistrada Nelma, pedindo seu afastamento do cargo por supostos atos de **improbidade administrativa**. A decisão liminar do CNMP é da relatora Sandra Krieger Gonçalves, que acatou o pedido do advogado Daniel Blume.

Sem lockdown (1)

Depois de notificar os 217 prefeitos do Maranhão sobre o lockdown estadual, pedido por três defensores públicos, o juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins não deve decretar o fechamento.

Sem lockdown (2)

Como já tem a posição contrária de Flávio Dino e do prefeito de São Luís, Eduardo Braide, o mais provável é que o juiz determine medidas restritivas contra a proliferação do coronavírus durante os dias em que seria realizado o carnaval.

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.287.orig.pdf>**

# MP recebeu 38 denúncias de "Fura-Filas"

Um relatório da Ouvidoria do **Ministério Público** do Maranhão, divulgado nesta semana revela que já foram registradas 38 denúncias relativas à campanha de vacinação contra a Covid-19, ou seja, os "fura-filas". Os dados foram contabilizados de 22 de janeiro até o dia 8 de fevereiro.

Também foram efetuados outros registros, como consultas jurídicas (11), demandas improcedentes (04) e procedimentos que aguardam mais informações para serem consolidados (19). Do total de 72 demandas relacionadas à vacinação, 26 tiveram origem em São Luís.

Segundo a Ouvidoria do **MPMA**, após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica do órgão realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às pro-motorias responsáveis.

Caso seja comprovada alguma irregularidade, tanto no que se refere ao desrespeito à ordem de prioridade para a imunização, quanto a outros procedimentos, os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 de janeiro, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para garantir a obediência à fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.287.orig.pdf>**

# Ministério Público já recebeu 38 denúncias de "Fura-Filas

PÁGINA 9

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.287.orig.pdf>**

# Promotores de Justiça se reúnem com Semus para esclarecimentos sobre vacinação contra Coronavírus

*Eduardo Ericeira*

Com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a vacinação de pessoas idosas em São Luís, os promotores de justiça José Augusto Cutrim, da Defesa do Idoso, e Ana Teresa Silva de Freitas e Ronald Pereira dos Santos, da Defesa da Pessoa com Deficiência, se reuniram na manhã desta quarta-feira, 10, com representantes da Secretaria Municipal de Saúde (Semus).

Entre as informações e dúvidas sanadas na reunião, estiveram questões relativas ao processo inteiro de vacinação para pessoas idosas e com deficiência, tais como calendário de vacinação, etapas de agendamento e criação de canal na Semus para recebimento de denúncias e sugestões.

Segundo José Augusto Cutrim, a reunião serviu para entender questões específicas da vacinação. "A equipe da Semus nos trouxe informações sobre como será o procedimento para aqueles que estão acamados ou que perderam o momento em que se cadastraram para receber a vacina, assim como os procedimentos para idosos que não possuem acesso à rede de informática", disse o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso.

O secretário-adjunto da Semus, Egídio de Carvalho Ribeiro, destacou a importância da reunião para ouvir as sugestões do **Ministério Público**. "Estamos em um processo delicado de vacinação. Nesse momento, outros olhares são importantes para conseguirmos melhorar o processo", concluiu.

Também participaram da reunião representantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi).

**Site:**

**<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/promotores-de-justica-se-reunem-com.html>**

# MPMA promove reunião com proprietários de bares e restaurantes de São Luís

**Eduardo Ericeira**

O **Ministério Público** do Maranhão realizou, na manhã desta quarta-feira, 10, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, uma reunião com donos de bares e restaurantes da capital para tratar de Recomendação, que será expedida aos estabelecimentos, acerca das medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus.

A reunião, que ocorreu na sede das Promotorias de Justiça da Capital, foi coordenada pela promotora de justiça Lítia Cavalcanti, tendo também a participação dos representantes das Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual, Edmilson Diniz e Paulo Jessé, respectivamente.

Lítia Cavalcanti pediu, aos presentes, sugestões sobre pontos a serem acrescentados no documento, a fim de torná-lo mais claro e acessível às necessidades do setor. Ela também destacou que a Recomendação é baseada na legislação do governo referente ao combate à pandemia e pediu a colaboração de todos para ajudar no seu cumprimento.

"O nosso objetivo é promover o diálogo, por isso realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão. As consequências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", enfatizou a promotora de justiça.

O representante da Vigilância Sanitária Estadual frisou que os leitos de hospitais públicos e particulares de São Luís têm atingido o limite da capacidade de atendimento. Ele apontou que, mesmo com esse cenário, tem sido observado situações de desrespeito ao distanciamento social em vários pontos comerciais da capital.

"É necessário que o poder público aja no sentido de coibir toda forma de descumprimento às medidas sanitárias que tem se mostrado eficazes. O desrespeito leva a superlotação de leitos e consequentemente a morte das pessoas", disse Paulo Jessé.

Edmilson Diniz lembrou que, ao longo do ano passado, houve uma extensa agenda de debates com

os vários segmentos comerciais, tendo em vista o ajustamento das necessidades do momento com os problemas enfrentados pelo setor.

O nosso objetivo é preservar as atividades comerciais. Infelizmente houve uma negligência no cumprimento das medidas sanitárias por parte de vários segmentos. Por isso, é necessário fortalecer a orientação dos consumidores para não haver um descontrole da situação", afirmou o representante da Vigilância Sanitária Municipal.

**Site:**

**<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/mpma-promove-reuniao-com-proprietarios.html>**

# Decisão suspende eventos festivos durante o período de Carnaval

**Eduardo Ericeira**

Pedido de lockdown da Defensoria Pública foi indeferido

Em audiência realizada na manhã desta quinta-feira, 11, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em decisão liminar, suspendeu a realização de qualquer evento festivo, incluindo aqueles com no máximo 150 pessoas, nos municípios maranhenses, no período do dia 12 a 18 de fevereiro.

Está proibido também, no referido período, a propagação de música nos estabelecimentos comerciais (especialmente bares e restaurantes), incluindo no modo ambiente. A decisão indeferiu o pedido de lockdown ajuizado pela Defensoria Pública do Estado.

O objetivo é evitar qualquer tipo de aglomeração durante o período de carnaval e evitar o aumento dos índices de contaminação pela Covid-19 no estado. "Esta decisão vale somente até o dia 18. Tem um lapso temporal definido. Depois, fica a critério das administrações municipais e do estado as medidas restritivas a serem implementadas", afirmou.

Durante a audiência, Douglas Martins não descartou a possibilidade de decretar lockdown no futuro, caso os índices de contaminação da Covid-19 fiquem insustentáveis e esgotem a capacidade hospitalar em todo o estado. Atualmente, os números de infecções e de mortes por Covid-19 têm aumentado no Maranhão. A média móvel de mortes semanais cresceu de 4 em janeiro para 11 em fevereiro.

Acompanharam a audiência, representantes da Justiça, do **Ministério Público** e da Defensoria Pública; gestores das administrações municipais; além de representantes de entidades de empresários e comerciantes e de produtores de eventos.

A decisão foi baseada na apresentação do secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, e do secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, que apontaram a possibilidade real de aumento do número de leitos destinados ao tratamento da Covid-19 no estado e na capital.

Na rede estadual, atualmente existem 698 leitos clínicos e 306 leitos de UTI. Mas existe a capacidade de expansão desse número para 1.711 leitos clínicos e 508 de UTI. Na reunião, foi destacado que está mais fácil equipar os leitos em 2021 do que em 2020, porque não há disputa pela compra de respiradores em todo o mundo, como no ano passado.

O juiz Douglas Martins afirmou que os Municípios também devem se comprometer e se empenhar para assegurarem o aumento do número de leitos nas unidades hospitalares municipais.

Na audiência, a defensora pública Clarice Viana Binda, titular do núcleo de **Direitos Humanos**, uma das autoras da Ação Civil Pública que pede a decretação urgente de lockdown, aceitou o posicionamento da Justiça e afirmou que não vai recorrer da decisão liminar. "Por hora, entendemos a sua decisão. Vamos continuar a acompanhar os índices no estado".

Do **Ministério Público** do Maranhão, compuseram a mesa o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a promotora de justiça Lúcia Cristiana Silva Chagas (chefe da Assessoria Especial da PGJ). "Nós vamos apoiar a decisão que vai ser tomada aqui. O **Ministério Público** do Maranhão se dispõe a ajudar no que for preciso para implementar as medidas a serem tomadas", afirmou com antecedência o chefe do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

A promotora de justiça Lucia Cristiana Chagas parabenizou a iniciativa do juiz Douglas Martins em promover uma decisão democrática e transparente em defesa da vida e da saúde da população maranhense. "É uma honra o **Ministério Público** ter colaborado com a realização desta audiência de grande importância e adianto que a instituição vai fiscalizar o cumprimento das medidas", enfatizou.

Igualmente participaram da mesa da audiência Rodrigo Maia (procurador geral do Estado), Simplício Araújo (secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia) e Ivaldo Prado (advogado e representante das entidades de classe: comércio, indústria e demais segmentos).

**Site:**

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/decisao>

***-suspende-eventos-festivos.html***



# MP fiscaliza aparelho de tomografia quebrada no socorção de Imperatriz

O Ministério Público do Maranhão representado pelo promotor Thiago de Oliveira Pires abriu portaria para investigar denúncias que pacientes estariam impedidos de realizar procedimentos por conta de problemas no equipamento de tomografia computadorizada.

A Promotoria de Justiça tomou conhecimento de que o equipamento TC, único sob a gestão municipal, está indisponível para realização de exames no Hospital Municipal de Imperatriz; CONSIDERANDO que a indisponibilidade do equipamento tem dificultado a assistência de paciente que necessitam realizar o exame, aumentando o tempo de espera por um diagnóstico preciso e início de tratamento.

A portaria 32021 do MP argumenta que o equipamento seria o único do sistema público de saúde, e portanto, serviço obrigatório da macroregião de saúde, não podendo estar indisponível a população.

**Site:** <http://www.holdenarruda.com.br/2021/02/mp-fiscaliza-aparelho-de-tomografia.html>

# Decisão suspende eventos festivos durante o período de Carnaval no Maranhão

**John Cutrim**

Em audiência realizada na manhã desta quinta-feira, 11, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em decisão liminar, suspendeu a realização de qualquer evento festivo, incluindo aqueles com no máximo 150 pessoas, nos municípios maranhenses, no período do dia 12 a 18 de fevereiro.

Está proibido também, no referido período, a propagação de música nos estabelecimentos comerciais (especialmente bares e restaurantes), incluindo no modo ambiente. A decisão indeferiu o pedido de lockdown ajuizado pela Defensoria Pública do Estado.

O objetivo é evitar qualquer tipo de aglomeração durante o período de carnaval e evitar o aumento dos índices de contaminação pela Covid-19 no estado. "Esta decisão vale somente até o dia 18. Tem um lapso temporal definido. Depois, fica a critério das administrações municipais e do estado as medidas restritivas a serem implementadas", afirmou.

Durante a audiência, Douglas Martins não descartou a possibilidade de decretar lockdown no futuro, caso os índices de contaminação da Covid-19 fiquem insustentáveis e esgotem a capacidade hospitalar em todo o estado. Atualmente, os números de infecções e de mortes por Covid-19 têm aumentado no Maranhão. A média móvel de mortes semanais cresceu de 4 em janeiro para 11 em fevereiro.

Acompanharam a audiência, representantes da Justiça, do **Ministério Público** e da Defensoria Pública; gestores das administrações municipais; além de representantes de entidades de empresários e comerciantes e de produtores de eventos.

## AUMENTO DE LEITOS

A decisão foi baseada na apresentação do secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, e do secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, que apontaram a possibilidade real de aumento do número de leitos destinados ao tratamento da Covid-19 no estado e na capital.

Na rede estadual, atualmente existem 698 leitos clínicos e 306 leitos de UTI. Mas existe a capacidade de expansão desse número para 1.711 leitos clínicos e 508 de UTI. Na reunião, foi destacado que está mais fácil equipar os leitos em 2021 do que em 2020, porque não há disputa pela compra de respiradores em todo o mundo, como no ano passado.

O juiz Douglas Martins afirmou que os Municípios também devem se comprometer e se empenhar para assegurarem o aumento do número de leitos nas unidades hospitalares municipais.

Na audiência, a defensora pública Clarice Viana Binda, titular do núcleo de **Direitos Humanos**, uma das autoras da Ação Civil Pública que pede a decretação urgente de lockdown, aceitou o posicionamento da Justiça e afirmou que não vai recorrer da decisão liminar. "Por hora, entendemos a sua decisão. Vamos continuar a acompanhar os índices no estado".

Do **Ministério Público** do Maranhão, compuseram a mesa o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a promotora de justiça Lúcia Cristiana Silva Chagas (chefe da Assessoria Especial da PGJ). "Nós vamos apoiar a decisão que vai ser tomada aqui. O **Ministério Público** do Maranhão se dispõe a ajudar no que for preciso para implementar as medidas a serem tomadas", afirmou com antecedência o chefe do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

A promotora de justiça Lucia Cristiana Chagas parabenizou a iniciativa do juiz Douglas Martins em promover uma decisão democrática e transparente em defesa da vida e da saúde da população maranhense. "É uma honra o **Ministério Público** ter colaborado com a realização desta audiência de grande importância e adianto que a instituição vai fiscalizar o cumprimento das medidas", enfatizou.

Igualmente participaram da mesa da audiência Rodrigo Maia (procurador geral do Estado), Simplício Araújo (secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia) e Ivaldo Prado (advogado e representante das entidades de classe: comércio, indústria e demais segmentos).

**Site:** <https://johncutrim.com.br/decisao-suspende-eventos-festivos-durante-o-periodo-de-carnaval/>

# MPMA recomenda prioridade na vacinação dos profissionais da educação

Devido ao retorno das **aulas** presenciais nas escolas públicas e privadas, em todo o estado, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís expediu, nesta terça-feira, 9, ofícios recomendando a vacinação de todos os profissionais da educação básica e ensino em geral, após o término da prioridade dos idosos.

Os documentos foram encaminhados ao secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, ao secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, e ao prefeito da capital, Eduardo Salim Braide. Assinou os ofícios o **promotor de justiça** Lindonjonson Gonçalves de Sousa.

Foi concedido o prazo de 10 dias para que seja encaminhado documento ao **Ministério Público** do Maranhão com as devidas alterações de prioridade e com a adaptação do Plano Municipal de Vacinação, considerando a prioridade dos profissionais da educação, logo após os grupos de idosos.

## PRIORIDADE

Um dos motivos da manifestação do **MPMA** foi o requerimento da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa), com o pedido de vacinação prioritária de professores e demais trabalhadores da educação, além dos educandos.

No pedido, foi alertado que somente nos primeiros 15 dias do início do ano letivo, 17 escolas particulares já suspenderam as **aulas** presenciais devido à ocorrência de casos de **Covid-19** tanto entre professores quanto entre alunos.

Nos ofícios, o **promotor de justiça** considerou, entre outros elementos, que o Plano Nacional de Vacinação estabelece os profissionais da educação do ensino básico como o 17º grupo prioritário; que o ambiente escolar exige a convivência em ambiente fechado, durante grande parte do dia, com o uso intermitente da fala.

Igualmente foi elencado que somente na rede pública atuam 30 mil profissionais em todo o Maranhão e que muitos trabalham em várias unidades tanto em escolas públicas quanto em particulares. Outro fator apontado é a disparidade de condições estruturais e de oferta de

conteúdo entre as escolas privadas e as públicas.

Foi levado em consideração ainda o fato de que o agravamento de casos de **Covid-19** no atual período e a possibilidade de adoção de medidas mais restritivas contribuam para o aumento da defasagem do sistema educacional.

**Site:** <https://omaranhense.com/mpma-recomenda-prioridade-na-vacinacao-dos-profissionais-da-educacao/>

# Uendell Rocha inaugura duas exposições em São Luís

SÃO LUÍS - Uendell Rocha está com duas exposições em São Luís. A partir desta quinta-feira (10), o universo da pesca e do cotidiano, na perspectiva do artista plástico, podem ser apreciados no Centro Cultural do **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) e na galeria Márcia Sandres, localizada na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (PGE/MA).

No Centro Cultural, as artes expostas de Uendell Rocha fazem parte do "Universo da Pescaria". Já na galeria Márcia Sandres, o título da exposição de telas do artista é "Cotidiano Simples".

Estão sendo expostas, aproximadamente, 15 telas em cada galeria. Nas artes, Uendell Rocha retrata o universo da pescaria, muito presente em São José de Ribamar, onde nasceu, com paisagens, retratos e fragmentos do cotidiano.

**Site:** <https://imirante.com/namira/sao-luis/noticias/2021/02/11/uendell-rocha-inaugura-duas-exposicoes-em-sao-luis.shtml>

# Uendell Rocha inaugura duas exposições em São Luís

SÃO LUÍS - Uendell Rocha está com duas exposições em São Luís. A partir desta quinta-feira (10), o universo da pesca e do cotidiano, na perspectiva do artista plástico, podem ser apreciados no Centro Cultural do **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) e na galeria Márcia Sandres, localizada na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (PGE/MA).

No Centro Cultural, as artes expostas de Uendell Rocha fazem parte do "Universo da Pescaria". Já na galeria Márcia Sandres, o título da exposição de telas do artista é "Cotidiano Simples".

Estão sendo expostas, aproximadamente, 15 telas em cada galeria. Nas artes, Uendell Rocha retrata o universo da pescaria, muito presente em São José de Ribamar, onde nasceu, com paisagens, retratos e fragmentos do cotidiano.

**Site:** <https://imirante.com/namira/sao-luis/noticias/2021/02/11/uendell-rocha-inaugura-duas-exposicoes-em-sao-luis.shtml>

# Justiça suspende eventos festivos por sete dias no Maranhão

Em audiência realizada na manhã desta quinta-feira, 11, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em decisão liminar, suspendeu a realização de qualquer evento festivo, incluindo aqueles com no máximo 150 pessoas, nos municípios maranhenses, no período do dia 12 a 18 de fevereiro.

Está proibido também, no referido período, a propagação de música nos estabelecimentos comerciais (especialmente bares e restaurantes), incluindo no modo ambiente. A decisão indeferiu o pedido de lockdown ajuizado pela Defensoria Pública do Estado.

O objetivo é evitar qualquer tipo de aglomeração durante o período de carnaval e evitar o aumento dos índices de contaminação pela Covid-19 no estado. "Esta decisão vale somente até o dia 18. Tem um lapso temporal definido. Depois, fica a critério das administrações municipais e do estado as medidas restritivas a serem implementadas", afirmou.

Durante a audiência, Douglas Martins não descartou a possibilidade de decretar lockdown no futuro, caso os índices de contaminação da Covid-19 fiquem insustentáveis e esgotem a capacidade hospitalar em todo o estado. Atualmente, os números de infecções e de mortes por Covid-19 têm aumentado no Maranhão. A média móvel de mortes semanais cresceu de 4 em janeiro para 11 em fevereiro.

Acompanharam a audiência, representantes da Justiça, do **Ministério Público** e da Defensoria Pública; gestores das administrações municipais; além de representantes de entidades de empresários e comerciantes e de produtores de eventos.

## AUMENTO DE LEITOS

A decisão foi baseada na apresentação do secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, e do secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, que apontaram a possibilidade real de aumento do número de leitos destinados ao tratamento da Covid-19 no estado e na capital.

Na rede estadual, atualmente existem 698 leitos clínicos e 306 leitos de UTI. Mas existe a capacidade

de expansão desse número para 1.711 leitos clínicos e 508 de UTI. Na reunião, foi destacado que está mais fácil equipar os leitos em 2021 do que em 2020, porque não há disputa pela compra de respiradores em todo o mundo, como no ano passado.

O juiz Douglas Martins afirmou que os Municípios também devem se comprometer e se empenhar para assegurarem o aumento do número de leitos nas unidades hospitalares municipais.

Na audiência, a defensora pública Clarice Viana Binda, titular do núcleo de **Direitos Humanos**, uma das autoras da Ação Civil Pública que pede a decretação urgente de lockdown, aceitou o posicionamento da Justiça e afirmou que não vai recorrer da decisão liminar. "Por hora, entendemos a sua decisão. Vamos continuar a acompanhar os índices no estado".

Do **Ministério Público** do Maranhão, compuseram a mesa o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a promotora de justiça Lúcia Cristiana Silva Chagas (chefe da Assessoria Especial da PGJ). "Nós vamos apoiar a decisão que vai ser tomada aqui. O **Ministério Público** do Maranhão se dispõe a ajudar no que for preciso para implementar as medidas a serem tomadas", afirmou com antecedência o chefe do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

A promotora de justiça Lucia Cristiana Chagas parabenizou a iniciativa do juiz Douglas Martins em promover uma decisão democrática e transparente em defesa da vida e da saúde da população maranhense. "É uma honra o **Ministério Público** ter colaborado com a realização desta audiência de grande importância e adianto que a instituição vai fiscalizar o cumprimento das medidas", enfatizou.

Igualmente participaram da mesa da audiência Rodrigo Maia (procurador geral do Estado), Simplício Araújo (secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia) e Ivaldo Prado (advogado e representante das entidades de classe: comércio, indústria e demais segmentos).

**Site:** <https://centraldenoticias.radio.br/2021/02/11/justica-suspende-eventos-festivos-por-sete-dias-no-maranhao/>